

A GESTÃO DA CULTURA EM MUNICÍPIOS: INTERFACES ENTRE AS POLÍTICAS NACIONAIS E OS DESAFIOS DA REALIDADE LOCAL

The municipal management of culture: interfaces between national policies
and challenges of local reality

HERPICH, M. D.

FILIPPIM, E. S.

Recebimento: 04/05/2011 – Aceite: 31/07/2012

RESUMO: Em 1985, com a criação do Ministério da Cultura, o setor cultural brasileiro passou a compor e ser gerido por este órgão. Contudo, o país ainda carece de políticas que possam efetivamente sistematizar a gestão cultural, proporcionando ações em rede entre os três entes federados e favorecer ações contínuas das diferentes esferas de governo. Com o intuito de refletir a gestão da cultura, especialmente no seu campo de aplicação nos municípios brasileiros, neste estudo foram analisadas as características das políticas públicas culturais do Brasil e em Santa Catarina, com base nesta literatura, analisaram-se os dados obtidos em pesquisa de campo para observar mais de perto o comportamento de políticas de fomento à cultura em município de médio porte, foco do estudo. Nesse sentido, o objetivo central foi investigar a gestão da administração pública municipal, especificamente no setor cultural, e sua articulação com as esferas estadual e federal, enfatizando a relevância da política cultural para o desenvolvimento do município foco do estudo. O trabalho se inscreve na abordagem da pesquisa qualitativa do tipo descritiva, levada a efeito por meio de um estudo de caso. Para a coleta de dados foram realizadas 29 entrevistas semi-estruturadas, dirigidas às pessoas representativas do setor cultural escolhidas intencionalmente, pessoas oriundas das áreas pública, privada e dos próprios grupos culturais e artistas locais do município foco. Neste artigo são apontados conceitos sobre cultura, características da gestão pública na área cultural e revela-se, principalmente, a importância da atuação da gestão pública da cultura em nível municipal, pois é a instância que mais atua com as particularidades das manifestações culturais locais, enriquecendo a diversidade cultural brasileira. Entretanto, notou-se que é na esfera municipal que a gestão pública da cultura encontra-se mais deficiente.

Palavras-chave: Cultura. Políticas culturais. Desenvolvimento.

ABSTRACT: In 1985, with the creation of the Ministry of Culture in Brazil, the cultural sector began to comprise and to be managed by this organ. However, the country still lacks policies that can effectively systematize cultural management, providing network actions among three federal entities favoring continuous actions from different spheres of the government. In order to reflect the cultural management, specially in its scope in Brazilian cities, this study analyzed the characteristics of public cultural policies in Brazil and in Santa Catarina, and based on the literature, the data obtained in field research were analyzed in order to observe, more closely the behavior of policies for fostering culture in a medium-sized city, the focus of this study. Thus, the main objective was to investigate the management of municipal administration, specifically in the cultural sector in the City of Concórdia (SC) and its articulation with the state and federal spheres, emphasizing the relevance of cultural policies for the development of the City of Concórdia (SC). The work has a qualitative approach of descriptive type, carried out through a case study. For data collection 29 semi-structured interviews were applied to people who work or are representative of the cultural sector of Concórdia, intentionally chosen from public and private areas, cultural groups and local artists. In this article concepts about culture and characteristics of public management in the cultural area are pointed out, and the importance of public management of culture at a local level is revealed, because it is the instance that acts more with the particularities of local cultural events, enriching the Brazilian culture. However, it is in the municipal sphere that the public management of culture is more deficient in Brazil.

Keywords: Culture. Cultural policy. Development.

Introdução

A cultura de um povo, suas mais variadas manifestações nas diversas linguagens, permite seu desenvolvimento tanto num sentido artístico quanto num sentido de qualidade de vida (BOTELHO, 2001, p. 11). A gestão pública, por meio de sua estruturação integrada entre todos os seus entes federados, norteada pelo intuito de fomentar estratégias em rede, poderia promover o desenvolvimento (ANDION, 2003, p. 1046) por meio desse processo coletivo de produção cultural.

A questão que norteou o estudo foi investigar a gestão da administração pública

municipal, notadamente no setor cultural, no município de Concórdia (SC) e sua articulação com as esferas estadual e federal, enfatizando a relevância da política cultural para o desenvolvimento sustentável do município.

O trabalho se insere na abordagem da pesquisa qualitativa do tipo descritiva. Em relação ao método, foi utilizado o estudo de caso que, de acordo com Yin (2001, p. 27), “[...] é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos” e afirma, ainda, que um estudo de caso é uma investigação empírica que observa um fenômeno dentro de seu contexto da vida real. Para este estudo de caso, multimétodos de coleta de dados foram utilizados.

O estudo de caso teve sua delimitação o município de Concórdia (SC) com a finalidade de observar mais de perto uma situação real. Iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. Pesquisou-se a Política Nacional de Cultura e demais documentos do Ministério da Cultura, assim como o transcorrer da gestão cultural no Brasil e em Santa Catarina. Em seguida realizaram-se análises de Atas do Conselho Municipal de Cultura do município de Concórdia (Atas de 2006 até 2010) e do Plano de Governo municipal vigente. Foram realizadas ainda 29 entrevistas semi-estruturadas, no período de novembro de 2009 a fevereiro de 2010, dirigidas a agentes políticos, servidores públicos municipais e estaduais, gestores de grupos e entidades locais e artistas, todos relacionados à cultura no município de Concórdia. Para resguardar a confidencialidade e não expor os entrevistados, estes foram citados pela nomenclatura E1, E2, e assim por diante, até E29. Suas percepções foram classificadas e analisadas.

Os dados coletados foram analisados a partir da literatura e, sobretudo, cotejados com as políticas públicas culturais existentes, com a finalidade de responder ao objetivo central de pesquisa. Em síntese, realizou-se o estudo de caso a partir dos seguintes passos: a) análise das políticas públicas para a cultura da cidade de Concórdia (SC); b) coleta de dados no município; c) análise do plano de governo proposto pela administração vigente; d) apontamento sobre as características das entidades e movimentos culturais do município de Concórdia e a compatibilidade de seus objetivos e metas em relação ao Plano Nacional de Cultura. Mesmo que neste estudo optou-se pelo estudo de caso, segundo Misoczky (2004, p. 2), “[...] é bom recordar que a teoria é mais potente que a pesquisa empírica e que esta, na verdade, depende dos fundamentos teóricos”. Neste sentido, procedeu-se a revisão bibliográfica que

abordou os seguintes temas: políticas públicas culturais no Brasil e em Santa Catarina; política pública cultural; gestão, gestores e grupos culturais; financiamento da cultura; e, redes, desenvolvimento e cultura.

Políticas Públicas Culturais no Brasil e em Santa Catarina

A história das políticas culturais no Brasil foi distinta em cada regime político pelo qual se passou. O período considerado como do descobrimento do Brasil até a vinda da Família Real é marcado por ações que foram contra as culturas autóctones, procurando anular a cultura dos povos locais (RUBIN, 2009). A realização da Semana de Arte Moderna de 1922 foi um grande marco para a transformação da cultura brasileira. “O movimento modernista que surgiu com a Semana de 22 [...] representava uma busca pela autenticidade do que é brasileiro, através das raízes nacionais” (OLIVEN apud PIMENTEL DOS SANTOS, 2009, p. 1).

Na década de 20 “[...] os artistas modernistas eram financiados por famílias burguesas que utilizavam as obras para a decoração de suas mansões” (PIMENTEL DOS SANTOS, 2009, p. 5). Na década de 30, registraram-se acontecimentos que até nos dias atuais poderiam ser chamados de ações inovadoras. Atuando no departamento de cultura do Estado de São Paulo, Mário de Andrade firmou um acordo com a FORD, adaptou um caminhão e levou a biblioteca para os bairros populares. Mário de Andrade também patrocinou viagens de equipes multidisciplinares para diversas regiões com o intuito de conhecer e recolher materiais de cultura popular, que foram arquivadas no seu acervo (RUBIN, 2009). “Nos anos 40, a preocupação voltava-se para a criação de instituições artísticas internacionalizadas” (PIMENTEL DOS SANTOS, 2009, p. 5).

Aos poucos a cultura caminhou para ter órgãos próprios de gestão. Desta maneira, “Em 1953, o Ministério da Educação e Saúde Pública é desmembrado, com a criação do Ministério da Saúde. A área cultural, no entanto, permanece vinculada à educacional e surge, então, o Ministério da Educação e Cultura” (PIMENTEL DOS SANTOS, 2009, p. 5). Durante o período do autoritarismo foram criadas diversas instituições, práticas e legislações no campo da cultura (RUBIN, 2009). A atuação do Estado no campo cultural em regimes políticos autoritários, como o foram o Estado Novo e o regime militar pós-64, visava “instrumentalizar, domesticar seu caráter crítico como meio para a conformação de um imaginário de nacionalidade” (GRUMAN, 2008, p. 8).

No período em que a ditadura passou a ser menos violenta, destacaram-se ações culturais que foram para além da esfera federal. Nos anos de “[...] 1976 a 1979, [...] pela primeira vez o país terá um Plano Nacional de Cultura e importantes instituições são criadas” (CAMPOS, 2009, p. 26).

No ano de 1985 o Ministério da Educação e Cultura foi dividido. Nesse período a área cultural passou a ser tratada com objetivos comerciais (ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALQUIMÍDIA, 2009, p. 4). De 1985 a 1994 a gestão da cultura brasileira foi instável. O governo Collor, durante seus dois anos de mandato, não só acabou com o Ministério da Cultura, transformando-o em secretaria, como acabou ainda com diversas instituições ligadas à cultura (RUBIN, 2009).

Ao analisar a descontinuidade das gestões do Ministério da Cultura desde o governo Sarney até o de Itamar (1985-1994), ao total estiveram “[...] como responsáveis principais oito ministros e dois secretários, configurando uma média de permanência, na função, de um ano” (RUBIN, apud PIMENTEL DOS SANTOS, 2009, p. 14). Porém, continuidade pode não representar boa gestão, pois na ges-

tão Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort permaneceu na gestão da cultura durante oito anos e o maior marco desta quase uma década à frente da cultura nacional foi a publicação de luxuoso livro, pelo Ministério, intitulado “Cultura é um bom negócio” (CAMPOS, 2009). Nesse período buscou-se fortalecer as leis de incentivo tornando-as exclusivas financiadoras da cultura. Resume-se unicamente a essas leis o que é tratado como financiamento e até a própria política pública de cultura no Brasil (RUBIN, 2009).

No primeiro governo de Lula, “[...] a atuação do Ministério da Cultura foi pautada pela pluralização da questão identitária” (BARBALHO apud GRUMAN, 2008, p. 13). Entre os objetivos e metas do governo Lula, enfatizou-se “[...] a construção de uma política cultural de envergadura nacional e, finalmente, a democratização cultural, [...] a revisão da função do Estado na área e a criação de um sistema efetivamente nacional de cultura [...]” (BARBOSA DA SILVA, 2007, p. 49).

A permanência de Gilberto Gil de 2003 a 2008 e, posteriormente, a nomeação de Juca Ferreira como ministro da cultura, resgatou o sentido de continuidade dos trabalhos para que as políticas culturais fossem executadas como políticas de Estado (PIMENTEL DOS SANTOS, 2009, p. 15). Estas políticas se solidificam por meio de diversos expedientes, tais como “[...] encontros nacionais, editais, os vários programas de cultura viabilizando frentes de trabalho nas linguagens artísticas, os debates regionais e seminários, a conferência nacional de cultura, [...]” (CAMPOS, 2009, p. 30). Entre as ações nos debates da cultura também se citam os Sistemas Setoriais de Cultura, que se reúnem e debatem assuntos específicos à suas áreas de atuação (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010).

Dentre os desafios impostos à área cultural está a reforma das leis de incentivo. Dos pro-

blemas alavancados pela legislação cultural atual, ressalta-se a ênfase no interesse do *marketing* das empresas, pois os profissionais do setor cultural “[...] são obrigados a se improvisar em especialistas em *marketing*, tendo de dominar uma lógica que pouco tem a ver com a da criação, [...] de acordo com o que se crê que irá interessar a uma ou mais empresas” (BOTELHO, 2001, p. 16).

A Lei do audiovisual atingiu 100% de isenção de impostos. Essa lei não poderia ser chamada de incentivo, pois se trata de investimento com dinheiro que iria ser recolhido aos cofres públicos, e, como afirma Rubin (2009) “de incentivo não tem nada. É puramente dinheiro público”. Nesse sentido também se observa a crítica de Yacoff Sarkovas apud Gruman (2008, p. 12), que “[...] ao bancar integralmente a conta com recursos públicos, o Ministério da Cultura faz de conta que há investimento privado, [...] pervertendo a relação cultura-empresa e não atendendo a qualquer política cultural pública”. Observa-se também que as leis de incentivo acentuaram o financiamento das políticas de eventos, e que essas leis apresentam “[...] limites claros no que tange à descontinuidade e às dificuldades na orientação da demanda” (BARBOSA DA SILVA, 2007, p. 19).

Entre as soluções apresentadas para a reformulação das leis de incentivo, Gruman (2008, p. 12-13) aponta “[...] o restabelecimento do princípio da dedução fiscal parcial [...]”, para que projetos importantes culturalmente, mas que não despertam o interesse dos patrocinadores possa recorrer, por exemplo, a fundos públicos. O autor cita ainda exemplos como “[...] oferecer maiores vantagens fiscais para aquelas empresas que invistam em áreas com pouco apelo comercial, [...], ou em regiões pouco desenvolvidas economicamente e, por consequência, invisíveis aos olhos do mercado”.

Nesta revisão histórica nota-se ainda, que com o “[...] amadurecimento recente na

organização da cultura, no âmbito federal, o desafio passa a ser o fortalecimento da cultura no âmbito local, uma vez que nos estados e municípios a situação é mais grave”. Segundo o autor, o principal problema encontrado é a “[...] descontinuidade, o que reforça a importância [...] na busca de fortalecer as instituições e criar diretrizes para a área cultural” (PIMENTEL DOS SANTOS, 2009, p. 15). A partir desta premissa ressalta-se a importância deste estudo aplicado no município de Concórdia (SC), valorizando a identidade cultural local, mas dentro de um contexto do marco das políticas públicas culturais para o país.

Política Pública Cultural

Os artigos 215 e 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 atribuem ao Estado o dever de garantir a todos os cidadãos “[...] o exercício dos direitos culturais e o acesso universal aos valores gerados”. Para cumprir esse dever o Estado pode criar instituições com o intuito de disponibilizar à população espaços onde possam ser zelados esses valores, cumprindo-se o papel de preservar a memória de um povo de maneira que não se prive nenhum cidadão do direito de utilizar o que é disponibilizado à sociedade por meio do poder público (ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALQUIMÍDIA, 2009, p. 7-8).

A atuação do poder público realizada por meio das políticas públicas culturais ocorre, segundo Teixeira Coelho apud Fundação Getúlio Vargas (2010, p. 12), por meio de um “[...] conjunto de iniciativas que visam a promover a produção, a distribuição e o uso da cultura; à preservação e à divulgação do patrimônio histórico; ao ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável”. Para Barbosa da Silva (2007, p. 20) essas políticas são “[...] sistemáticas, institucionalizadas e com continuidade”.

Nota-se que no âmbito das ações governamentais encontra-se com mais frequência à política de eventos, que “[...] em grande parte dos casos, são ações fragmentárias, desarticuladas, isoladas e sem muita continuidade”. Porém, essas políticas preenchem espaços importantes, como os “[...] inúmeros festivais, concursos, prêmios e bolsas, que também cumprem o papel de consagração e valorização das obras produzidas” (BARBOSA DA SILVA, 2007, p. 19).

Neste estudo, tão importante quanto abordar os conceitos de política pública, é ressaltar os conceitos de projeto, ação e programa, que de acordo com o Ministério da Cultura apud Fundação Getúlio Vargas (2010, p. 53) tem as seguintes designações:

Projeto é um empreendimento planejado que consiste em um conjunto de ações inter-relacionadas para alcançar objetivos específicos, dentro dos limites de um orçamento e tempo delimitados; - Ação é uma realização de caráter pontual que concorre – em conjunto ou isoladamente – para o alcance de um objetivo específico; - Programa é o conjunto de projetos e ações articuladas, orientado para um objetivo de impacto abrangente. Todo programa possui um tempo definido, ou seja, uma vida útil associada ao ciclo de sua duração e realização.

Gestão, Gestores e Grupos Culturais

Em resumo, a atuação do Estado busca fortalecer a gestão das políticas públicas para a cultura, estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura, ampliar e descentralizar os investimentos em produção, a difusão e fruição cultural, fortalecer o Fundo Nacional de Cultura como mecanismo central de fomento, aprimorar o mecanismo de incentivo fiscal, sistematizar instrumentos jurídicos e normativos, instituir

e aprimorar os marcos regulatórios, fortalecer a gestão pública dos direitos autorais, articulação das políticas públicas de cultura com as de outras áreas, a consolidação e implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e a extensão do território de atuação através da dinamização das políticas de intercâmbio e difusão da cultura brasileira no exterior (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009, p. 26-29).

Na gestão da cultura identifica-se a atuação dos gestores culturais, dos produtores culturais e ainda, dos gestores públicos de cultura. O gestor público de cultura é um administrador da cultura. Em momentos ele cria e implementa políticas, em outros gerencia a cultura e a operacionaliza em seu dia a dia (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 52). O “[...] gestor cultural é o profissional que administra grupos e instituições culturais, [...] O produtor cultural cria e administra diretamente eventos e projetos culturais, [...]” (AVELAR apud FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 49-50). Apesar das diferenças, esses profissionais devem ser capazes de:

[...] elaborar projetos; captar recursos; dominar o uso das leis de incentivo à cultura; estar atentos à questões legais e jurídicas – tais como o direito cultural; estar atentos às características e ferramentas de *marketing*; conhecer as limitações da burocracia; conhecer os fundamentos do planejamento e do orçamento; dinamizar os fazeres culturais; conjugar os fazeres culturais com os diversos interesses em jogo; potencializar os fazeres culturais como fatores de desenvolvimento socioeconômico (AVELAR, apud FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 51).

Analisando-se o perfil adequado para exercer a funções na área da administração cultural, verifica-se que “Em resumo, na arena cultural, o grande desafio é a reunião dessas características em um só gestor”

(FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 55).

Como ferramenta de gestão, verifica-se a importância do planejamento estratégico. “Trata-se de um instrumento de gerenciamento que, como qualquer outro, tem um único propósito: tornar o trabalho de uma organização mais eficiente” (PFEIFFER apud FONTENELE, 2007, p. 3). Sobre esse conceito, Motta apud Fontenele (2007, p. 3) aponta que “[...] É por meio do exercício de planejar que se aprende sobre as demandas e necessidades externas e sobre a capacidade de resposta da administração municipal”.

Para atender essas necessidades externas Botelho (2001, p. 15) afirma que “[...] é através da formulação de uma política cultural que se poderão hierarquizar as prioridades [...]”. Ainda, verifica-se a importância em pautar o planejamento de forma democrática, pois Fontenele (2007, p. 10) considera que, “[...] como decisões políticas, os componentes de uma estratégia configuram as escolhas de uma sociedade [...]”. Nesse mesmo sentido, verifica-se que o planejamento estratégico em nível municipal “[...] é a percepção da cidade como um ator social que vive em função da conjunção dos interesses locais e dos condicionantes globais” (LOPES apud FONTENELE, 2007, p. 2).

Por final, uma gestão pouco perceptível em termos conceituais, mas de grande presença prática, identifica-se como a cultura autogerida. Conforme a Fundação Getúlio Vargas (2010, p. 45) trata-se das “[...] inúmeras festas de padroeiros e os mais diversos festivais e celebrações [...] são manifestações auto-sustentadas e nascem das raízes comunitárias porque é expressão do patrimônio cultural”.

Financiamento da Cultura

Para que o Estado implante e execute políticas públicas culturais, é imprescindível

o financiamento dessas políticas. Para gerenciar a insistente escassez de recursos, Salvo (2003, p. 71) defende “[...] a utilização mais eficiente dos recursos públicos. [...] o Estado deve buscar aplicá-los nas atividades nas quais se pode obter maior retorno financeiro para a sociedade, [...] aqueles cujo efeito multiplicador do investimento seja maior”.

Verifica-se que o financiamento da cultura no Brasil “[...] se dá por dois mecanismos, o incentivo fiscal [...] e os recursos orçamentários, nos quais estão inseridos os recursos destinados ao Fundo Nacional de Cultura”. O incentivo fiscal “[...] faculta às pessoas físicas e jurídicas a opção pela aplicação de parcelas de impostos” (BARBOSA DA SILVA, 2007, p. 30). Os recursos orçamentários são “[...] administrados por um órgão colegiado próprio, para apoiar atividades culturais que se institucionalizam e atuam com relativa autonomia” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 32).

Nota-se que o interesse do setor privado no investimento no setor cultural existe, sobretudo, quando esse investimento proporciona retorno através das campanhas de *marketing* cultural.

É nesse sentido que se verifica um fator negativo, “[...] vemos surgir vários grupos, “produtos criados” para consumo rápido, sofrem exposição exaustiva na mídia, trazem modismos com suas roupas e danças especialmente criadas pelo *marketing* para este fim. Como dizem, “viram uma febre” e, como tal, desaparecem [...]” (FERREIRA, 2006, p. 18-19) grifo do autor.

Verifica-se que o setor público pode buscar, tanto no micro como no macro ambiente, o desenvolvimento cultural e que o setor privado pode contribuir para o aumento da demanda cultural buscando a redução dos custos de produção e distribuição, para que os preços dos bens culturais se tornem mais acessíveis (SALVO, 2003, p. 70-73).

Redes, Desenvolvimento e Cultura

Observa-se nas possibilidades de articulação cultural a participação social como motivadora do senso de responsabilidade no desenvolvimento local. Por meio dessas relações de articulações, pode-se exemplificar o conceito de redes.

A ênfase na participação [...] ressignifica a prática do desenvolvimento que [...] passa a ser concebida coletivamente, dependendo assim de um processo de responsabilização dos diferentes atores sociais. Essa responsabilização coletiva transforma o desenvolvimento em um processo político, envolvendo escolhas e decisões que só podem ser feitas a partir de uma articulação entre o local e o global, entre o indivíduo e o coletivo e entre as diferentes esferas sociais (Estado, mercado e sociedade civil organizada). É nesse contexto que se destacam as redes como elementos essenciais na promoção do desenvolvimento na atualidade (ANDION, 2003, p. 1046).

Pode-se tipificar o conceito de redes conforme Pecqueur apud Andion (2003, p. 1048) como sendo “[...] as redes institucionais (entre grupos formais)”, e “[...] as redes informais (familiares, profissionais ou de concertação)”. Entre as respostas obtidas por meio das entrevistas realizadas durante a realização do estudo de caso deste artigo ressalta-se uma proposta que se encontra no contexto dessas articulações, por meio da sugestão de “[...] ações planejadas e organizadas em conjunto com clubes de serviço, associações e empresas” (E17).

Entre as possibilidades de articulação observa-se a proximidade entre a cultura e a educação. Para Thiry-Cherques apud Salvo (2003, p. 78), “A educação é o elemento

transmissor, não só do conhecimento, mas também dos valores e, ao transmiti-los, assume a enorme responsabilidade de sustentar as bases de nossa identidade cultural [...]”. Segundo Salvo (2003, p. 78), nas diversas disciplinas do currículo escolar “Pode-se ensinar [...] com a ajuda de vídeos, artes cênicas, artes plásticas e outras formas de expressão cultural”. Como se expressou E11, “[...] aprende-se cantando (música), rindo (teatro)”. Na relação da cultura e desenvolvimento, E8 aponta que não há crescimento efetivo sem a base da educação enquanto conhecimento e a cultura enquanto organização social.

No contexto econômico “[...] a cultura, progressivamente, vem se transformando num dos segmentos mais dinâmicos das economias de todos os países, gerando trabalho e riqueza” (ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALQUIMÍDIA, 2009, p. 2). Conforme expresso no Plano Nacional de Cultura, a cultura propicia o desenvolvimento por meio da prestação de serviços e do comércio, gerando trabalho e renda. Porém, ressalta-se que a busca pelo desenvolvimento econômico deve ocorrer de forma que não seja prejudicada a diversidade da cultura, e ocorrer de forma sustentável e na busca do nivelamento das desigualdades sociais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009, p. 62). Nesse aspecto E9 aponta a cultura como “[...] o início do círculo do consumo”, pois os eventos culturais atraem o público que movimentam o comércio local. Entre os destaques no município de Concórdia E5 lembra que “[...] as bandas empregam muita gente”. Nota-se, portanto, que a “[...] cultura pode ser um fator de propulsão ou de resistência ao crescimento econômico. Os hábitos [...] podem condicionar o dinamismo econômico de uma região, de um país” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 27).

Além do enfoque econômico, a cultura manifesta “[...] várias formas de expressão e conhecimento, o uso de linguagens diversi-

ficadas e a promoção das formas de cultura que permitem avançar tanto em termos de arte quanto de qualidade de vida [...]” (BOTELHO, 2001, p. 11). Nesse sentido, pode-se coordenar um “[...] conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico [...]” (CANCLINI apud FERREIRA, 2006, p. 24). O desenvolvimento simbólico criado nas diversas manifestações culturais demonstra como a participação popular no movimento cultural é essencial, pois “Quase sempre são os militantes da área cultural [...] os únicos a defender a idéia de que a cultura perpassa obrigatoriamente todos os aspectos da vida da sociedade e de que, sem ela, os planos de desenvolvimento sempre serão incompletos” (BOTELHO, 2001, p. 8). A cultura, como área importante para o desenvolvimento da sociedade, “[...] passa a ser vista de uma forma mais ampla, como um processo complexo [...] ela passa a ser um elemento fundamental da atividade de governos e um fator decisivo de progresso social” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009, p. 147).

A cultura no município de Concórdia (SC)

Ressalta-se a importância da realização deste estudo no município de Concórdia (SC), pois com o “[...] amadurecimento recente na organização da cultura, no âmbito federal, o desafio passa a ser o fortalecimento da cultura no âmbito local, uma vez que nos estados e municípios a situação é mais grave”. Os principais problemas encontrados são os “[...] processos de descontinuidade, o que reforça a importância [...] na busca de fortalecer as instituições e criar diretrizes para a área cultural” (PIMENTEL DOS SANTOS, 2009, p. 15).

O Contexto do Município de Concórdia (SC)

Concórdia localiza-se no Alto Uruguai Catarinense, no Oeste de Santa Catarina. Possui população de 67.249 habitantes e, destes, 52.387 compreendem a população urbana e 14.862 a população rural (IBGE, 2010). O município possui taxa de alfabetização de 97,07%. No índice de desenvolvimento na Educação Básica, Concórdia apresenta-se na 14ª posição entre 293 municípios do Estado de Santa Catarina. O município tem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que o coloca na 38ª posição no Brasil e em 11ª no índice do Estado. Já para o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), Concórdia ocupa a 12ª colocação. Em 2007, Concórdia ocupava a 17ª posição na economia catarinense. A atividade agroindustrial por meio das agroindústrias familiares e do sistema de integração movimenta entre 60 a 70% a economia do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, 2009). Concórdia é conhecida como a Capital do Trabalho, devido às tradições dos antepassados que colonizaram o município por meio do trabalho árduo na lavoura (PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, 1984, p. 2-4). O entrevistado E1 ressalta que “A administração pública de Concórdia tem bom conceito perante a sociedade local, estadual e nacional e o povo é visto como um povo trabalhador”.

Os primeiros povoadores do Alto Uruguai Catarinense foram os “[...] grupos nativos, sobretudo, *coroados caingangues e botocudos choclengues* [...]”. A colonização dessa região ocorreu pela “[...] frente de colonização alemã e italiana, proveniente do Rio Grande do Sul [...] com a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande e sucessiva demarcação de terras por companhias particulares de

colonização [...]” (COMASSETTO, 2009, p. 95) grifo do autor. Somam 65,5% os entrevistados que observaram que a cultura local caracteriza-se principalmente pela população alemã e italiana.

Políticas, Programas e Projetos Culturais em Concórdia de 2001 a 2010

Neste estudo considerou-se relevante o período compreendido entre 2001 até 2010, período em que a mesma base do governo está frente aos trabalhos da prefeitura municipal. Foram consideradas as principais políticas, programas e ações implantados e mantidos. Ações pontuais durante esse período podem não estar relatadas neste estudo.

No Quadro 1 pode-se observar a apresentação das políticas do Programa de Difusão Cultural da Fundação Municipal de Cultura (FMC).

Algumas ações, a partir de 2001, que merecem destaque: a isenção da cobrança de mensalidade dos alunos para a participação em oficinas culturais, o aumento do número de alunos de 240 para 400 no ano de 2003 e a realização do I Fórum de Cultura. A Fundação Municipal de Cultura (FMC) oferece oficinas de teatro, dança, acordeão, violão, piano, guitarra e teclado.

No ano de 2006 instituiu-se o Conselho Municipal de Cultura. Em 2007 foi realizada a I Conferência Municipal de Cultura, tendo a participação de 74 pessoas.

Em 2009 tem-se como destaque o Projeto Tecendo o Riso que foi motivado principalmente pelo histórico que Concórdia tem em relação ao teatro, cujos fazeres foram difundidos internacionalmente. E9 comentou que “[...] a mais ou menos 20 anos atrás, Concórdia era vista como uma Metrópole do Teatro e tínhamos Festival de Teatro anualmente”. E25 citou “o livro História do Teatro em SC

em que há capítulo sobre Concórdia, de Jairo Maciel, que foi diretor aqui nos anos 1980”.

Já E10 ressaltou as participações de grupos culturais de Concórdia em “[...] apresentações na cidade de Joinville, no Teatro Bolshoi”, e que o evento realizado foi “[...] amplamente divulgado no Jornal Diário Catarinense”. E21 cita a apresentação do Memorial Attílio Fontana no Festival Multicultural de Integração Catarinense - FMC, no ano de 2009, em Florianópolis. E26 cita “[...] o grupo teatral Cronópios que trouxe para Concórdia vários prêmios nacionais”. Foi relatada também a difusão internacional das manifestações do município. E9 destacou que “No teatro, o Grupo Força Jovem participou do Encontro do MERCOSUL na Argentina”. E15 lembra que na “[...] década de 90, um grupo de teatro de Concórdia ganhou o Festival Sul-Americano de Teatro, no estado do Paraná”.

Em 2009 também se destacou a realização do 1º Festival de Danças Concórdia em Dança e o curso de regência para coralistas. Foi realizada ainda a II Conferência Municipal de Cultura que contou com a participação de 107 pessoas. Além das diretrizes elencadas, foram eleitos dois delegados para representar o município na Conferência Estadual. Em novembro de 2009, com a realização da II Conferência Estadual de Cultura em Florianópolis (SC), um delegado concordiense foi eleito delegado estadual para representar o Estado na II Conferência Nacional de Cultura.

No Teatro da FMC, por meio de um contrato de concessão, funciona o Cinema. Também se destaca a utilização gratuita de duas salas do prédio da FMC para a realização dos ensaios da Orquestra Sinfônica de Concórdia e do Coral Santa Cecília, entidades privadas sem fins lucrativos. O palco do teatro também é utilizado para realização de ensaios de grupos e artistas e realização de diversos eventos.

Programa de Difusão Cultural da FMC
Projetos
Projeto: Quinta Maior Características: Valoriza os grupos e artistas locais e regionais, com a disponibilização do Teatro da FMC e apoio à realização e divulgação dos eventos. Periodicidade: Uma quinta-feira por mês.
Projeto: Circulando por Aqui Características: Descentraliza as atividades das oficinas da FMC por meio de atividades nas comunidades escolares da cidade e do interior do município. Periodicidade: Uma tarde por mês.
Projeto: Hora do Conto Características: Estimula a leitura por meio de parcerias com a Biblioteca Pública Municipal e escolas da rede de ensino. São convidados alunos das escolas para encontros na biblioteca. Periodicidade: De acordo com a disponibilidade e o agendamento com as escolas.
Projeto: Tecendo o Riso Características: Oportuniza aos grupos teatrais de Concórdia condições para realizar seus espetáculos no palco do Teatro da FMC. Periodicidade: Mensal, com edições especiais.
Projeto: Teatro da Terceira Idade Características: Difunde a prática do teatro com temas relacionados ao resgate da história dos primeiros imigrantes. Periodicidade: Apresentações esporádicas.
Ações
Prêmio Leitor Mais Assíduo Características: Incentiva a prática da leitura, premiando o leitor que retira maior número de livros durante o ano na Biblioteca Pública Municipal, que é mantida pela FMC. Periodicidade: Anual.
Eventos
Evento: Carnaval de Rua Temático Características: São realizadas três noites de carnaval no município: no sábado, no domingo e na terça-feira. Um tema norteia a decoração e as fantasias para os desfiles. Entidades e outros órgãos trabalham em parceria na realização do Evento. Periodicidade: Anual.
Evento: Festival da Canção Canto Livre Municipal e Intermunicipal e/ou Festival Canta Concórdia Características: Festival da Canção Canto Livre Municipal e Intermunicipal: Festival de interpretação que envolve a participação de candidatos do município e de todo o território nacional. Festival Canta Concórdia: Envolve a participação somente de candidatos residentes no município. Periodicidade: Anual. OBS: Somente ocorre um festival por ano, optando-se entre as modalidades.
Evento: Festival de Danças Concórdia em Dança Características: Festival realizado com participações de diversos grupos de danças locais, regionais e nacionais. Periodicidade: Anual.

Quadro 1: Programa de Difusão Cultural da FMC

Fonte: Os autores (Dados Fundação Municipal de Cultura de Concórdia).

Entre as manifestações culturais que se destacaram entre as opiniões dos entrevistados, classificam-se: o teatro, citado por 82,75% dos entrevistados; a dança, por 72,4%; a música, por 65,5%; e os grupos de corais, por 51,7%. Destaques também para a Orquestra Sinfônica de Concórdia, as festas

alemãs e italianas, o Caminho do Engenho e as bandas musicais da região.

Verificou-se que os recursos que mantêm as atividades da Fundação Municipal de Cultura é proveniente do orçamento do governo municipal, e um valor pouco considerável proveniente de receitas próprias da Fundação.

Faz-se, no Quadro 2, uma abordagem em relação à legislação de incentivo à cultura no município de Concórdia, SC:

LEI/DECRETO/ PORTARIA	CARACTERÍSTICAS
Lei Nº 3.164, de 22 de julho de 1999.	Dispõe sobre o incentivo fiscal a ser concedido a atividades de caráter cultural ou desportivo.
Decreto Nº 4.173, de 25 de outubro de 1999.	Regulamenta a Lei 3.164, de 22 de Julho de 1999, que dispõe sobre o incentivo fiscal a ser concedido a atividades de caráter cultural ou desportivo.
Decreto Nº 784/2009, de 5 de outubro de 2009.	Dá nova redação ao art. 2º do Decreto Nº 0336/99, de 26 de julho de 1999, que constitui e designa Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Culturais e Desportivos.

Quadro 2: Legislação de Incentivo à Cultura no Município de Concórdia

Fonte: Os Autores. Dados da Prefeitura Municipal de Concórdia (1999, 2009 “in loco”)

Verificou-se que o incentivo financeiro aos grupos e entidades culturais é realizado por meio de convênios. A média anual de recursos repassados por meio de convênios no período de 2001 a 2004 foi de R\$ 19.625,00. No período de 2005 a 2008 foi de R\$ 51.125,00. Já em 2009, foram repassados R\$ 67.030,00. Percebe-se um aumento nas aplicações de recursos destinados a fomentar atividades de associações e grupos culturais no período de 2001 a 2009. Com base em 2009, quando foram contempladas 19 associações, a média de repasses de recursos por convênio foi de R\$ 3.527,89 (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA “in loco”).

Observou-se ainda, que a Prefeitura Municipal de Concórdia também realiza convênios que auxiliam na realização de eventos tradicionais no município, como o

Troféu Migrante, Sonho de Natal, Parada Natalina, Troféu Marco Histórico, Festa Nacional do Leitão Assado - FENAL e EXPO Concórdia. Notou-se que esses convênios relacionam-se com a área cultural e tratam de ações conjuntas com outras áreas como o turismo. Destaca-se também a realização da Semana da Consciência Negra, voltada às manifestações afro-descendentes.

Em relação à análise dos resultados das ações dos convênios, E7 ressaltou que não há sistemática de controle. Foi observado que os recursos são repassados objetivando o pagamento de despesas para a realização de atividades culturais sendo que, inclusive E9, informam a existência de avaliação documental que analisa se os recursos foram aplicados em conformidade com os objetivos previamente estipulados. E9, comenta ainda a importância em atender as necessidades dos grupos, entidades e artistas culturais, porém exigindo maior participação desses grupos com ações no município.

No município de Concórdia encontra-se instituído o Conselho Municipal de Cultura. Porém, nas leituras das Atas das reuniões do Conselho, observou-se sua tímida atuação durante os anos de 2006 a 2009. Em resumo, nos debates do ano de 2006, podem ser observadas somente questões referentes ao regimento interno e sobre confecção e divulgação da agenda de eventos culturais. Durante o ano de 2007, discutiu-se sobre as possíveis ações que o conselho poderia exercer junto à comunidade e sobre a realização da I Conferência Municipal de Cultura. Na Ata da realização da I Conferência observaram-se, em síntese, as seguintes propostas: destinação de 1% dos recursos da arrecadação municipal exclusivamente para projetos culturais, formação para profissionais relacionados à cultura, ampliação e melhorias nos espaços físicos da Fundação Municipal de Cultura, reforma da Lei Municipal de Incentivo à Cultura com a definição de porcentagem de impostos

destinados a serem aplicados em projetos culturais, e a efetivação de convênios para repasse de recursos para entidades culturais condicionando contrapartidas como produtos culturais para a comunidade.

Em 2008 e 2009 vários foram os temas abordados nas reuniões do Conselho. Nesse sentido pode-se notar avanços na atuação do Conselho Municipal de Cultura. Em 2009, com a realização da II Conferência Municipal de Cultura, os debates e as diretrizes aprovadas demonstraram a importância da cultura local. Observa-se que o município de Concórdia está privilegiado por ter desde o ano de 2006 o Conselho Municipal de Cultura instituído, pois, conforme dados do IBGE (2007), somente “17% dos municípios brasileiros têm Conselhos Municipais de Cultura e 13,3% Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural”.

Tratando-se em patrimônio cultural, observou-se que o município de Concórdia conta, desde o ano de 1984, com o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SPHAM). A ele está ligada a Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Concórdia (COTESPHAMC), responsável em assessorar o Poder Executivo Municipal nos assuntos pertinentes ao tema. Os bens tombados desde a criação do SPHAM até os dias atuais são duas árvores (Acácia Tipuana) existentes na Praça Dogelo Goss, uma casa de propriedade da Sociedade Porvir Científico, uma árvore de angico, o Colégio Estadual Deodoro, um bosque, quatro fachadas do prédio da antiga Prefeitura Municipal, uma Capela de madeira da localidade de Pinheiro Preto, uma casa em estilo Germânico e um cemitério caboclo. Observou-se entre os entrevistados, que o SPHAM poderia ser mais atuante. Para o entrevistado E1, “Muita coisa está sendo demolida, ainda estaria em tempo de preservar”. E11 comentou que “[...] a casa em estilo germânico instituída como patrimô-

nio público na localidade de Terra Vermelha não está mais no local e que provavelmente tenha sido demolida”.

Entre as críticas apontadas pelas entrevistadas, E24 comentou: “Não há objetivo comum entre as frentes culturais”. E25 citou: “Creio faltar um processo cultural norteado por políticas produzidas coletivamente e que se efetivem ininterruptamente”. Segundo E17 e E24, “Falta divulgação”. Ressalta-se, porém, que os eventos e ações da Fundação Municipal de Cultura são divulgados por meio de panfletos, jornais impressos de circulação local e regional e nas emissoras de rádio locais, demonstrando que essa publicidade não é tão deficiente assim.

Entre os principais aspectos da gestão, os entrevistados enfatizam a “[...] necessidade de promover o planejamento imediato e de longo prazo para as ações culturais no município” assim como abordou E11. Em geral, verificou-se que o enfoque do desenvolvimento social é a principal importância das ações realizadas pela cultura no município. A percepção dos resultados sociais é visível por E8, ao observar que a cultura é “[...] integrante do desenvolvimento social, é inconcebível, qualquer tipo de sociedade que não vivencie sua cultura”. Em crítica ao incentivo aos artistas, (E9) comenta que “[...] muitas vezes eles pagam para apresentar sua cultura”. Por final, entre os comentários considerados relevantes para este estudo, E6 comenta que “[...] a briga é grande. O governo é bom [...] é do povo! Precisa deixar a cultura acontecer [...] para o povo [...]”.

Considerações Finais

Entre os principais resultados desta pesquisa pode-se destacar, no contexto histórico brasileiro que, em relação às políticas culturais, embora elas existam, ainda há deficiências na articulação dos objetivos destas

políticas entre os governos federal, estadual e municipal. Não foram encontrados muitos dados que poderiam ter enriquecido a análise de políticas culturais em relação ao estado de Santa Catarina. Os dados citados em relação à esfera estadual foram, principalmente, obtidos durante a realização da II Conferência Estadual de Cultura. A deficiência na gestão da cultura aparece, sobretudo, na esfera municipal, pois em muitos municípios brasileiros os órgãos ou setores específicos de gestão da cultura ainda não foram criados, e a maior parte das ações executa-se por meio da realização de eventos esporádicos, sem continuidade.

A realização de projetos culturais financiados a partir da lei municipal de incentivo fiscal, o que poderia aportar recursos para a cultura, não foi citado por nenhum dos entrevistados participantes desta pesquisa, todos ligados ao setor cultural. Os entrevistados apontam, porém, a existência de convênios de apoio aos grupos culturais. Porém essa modalidade exclui os artistas que não fazem parte dessas associações, pois os convênios são celebrados com entidades legalmente constituídas.

As entrevistas apontaram que algumas ações realizadas pelo governo municipal não chegam ao conhecimento dos entrevistados. Considerando que estes foram escolhidos justamente por fazerem parte do universo de pessoas ligadas à cultura no município de Concórdia, esse aspecto pode remeter à necessidade de fortalecer a articulação entre o poder público, grupos culturais, artistas e a sociedade como um todo, no sentido do que abordou este estudo sobre conceitos de rede. Essa observação, no entanto, não se direciona somente para o setor público, pois para que as ações se fortaleçam, sugere-se aos grupos e artistas culturais uma maior participação e interesse na busca das informações nas diversas formas possíveis, por exemplo, nas reuniões do Conselho Municipal de Cultura.

Observou-se também a deficiência das ações locais em interface com as esferas estadual e nacional, pois não se verificou relatos concretos de ações mútuas que poderiam existir atualmente entre essas esferas, como por exemplo, com a política nacional de cultura por meio dos editais e programas de cultura viabilizados.

A análise das características das entidades e dos movimentos culturais do município de Concórdia em relação aos objetivos e metas do Plano Nacional de Cultura, revela que a mesma se dá em sentido inverso. Nas características dos diversos grupos existentes, identifica-se a diversidade cultural local e, caso essas características não estejam inseridas no Plano Nacional de Cultura, deveriam, então, ser incluídas.

Os temas abordados evidenciam a importância da cultura de uma sociedade, bem como da importância da gestão pública cultural nos municípios. A cultura entendida não somente como realização de eventos, mas sim tratada como os hábitos e costumes de um povo, pode ser fator para o desenvolvimento da nação. Notou-se que o território local é cada vez mais responsável pelo seu próprio desenvolvimento e pela valorização da sua diversidade cultural. Assim, como um fator que pode contribuir para que o município possa avançar zelando pela qualidade de vida de sua população, o contexto cultural é cada vez mais importante.

Por fim, mesmo que o fator político partidário possa interferir nos depoimentos dos entrevistados (entre cidadãos que representam a situação e a oposição ao governo) e que este fator pareça fazer aflorar mais facilmente o fator crítico, conclui-se que essa característica observada não deva ser considerada como uma barreira para a realização de debates, pois a interlocução com diferentes setores da comunidade pode proporcionar uma gestão pública cultural democrática para proporcionar o desenvolvimento, sobretudo cultural, nos municípios.

AUTORES

Marcelo Darlan Herpich - Estudante. Pós-graduado em Administração Pública. Universidade do Oeste UNOESC - Campus de Joaçaba. E-mail: contato@marcelodarlan.com.br

Eliane Salette Filippim - Professora, Pesquisadora. Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil (2005). Professor titular tempo integral da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Brasil, no Mestrado profissional em Administração. E-mail: eliane.filippim@unoesc.edu.br - Telefone: 49.3551.2079

REFERÊNCIAS

ANDION, C. **Análise de redes e desenvolvimento local sustentável**. Disponível em: <http://www.ebape.fgv.br/comum/asp/act_download.asp?arq_download=Andion.pdf> Acesso em: 26 abr. 2010.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALQUIMÍDIA. **Texto base Conferência Nacional de Cultura**. Disponível em: <<http://www.alquimidia.org/fcc/baixar.php?nomearq=2009081809TextoBase.pdf&arquivo=arquivosSGC/2009081809Texto-Base.pdf>> Acesso em: 04 dez. 2009.

BARBOSA DA SILVA, F. A. **Brasil**. Política cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise. 2. v. Brasília. Ministério da Cultura, 2007. 220 p.

BOTELHO, I. **As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas**. <<http://www.centrodameropole.org.br/pdf/Isaura.pdf>> Acesso em: 02 jan. 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei no 6.835, de 2006**. Aprova o Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/686226.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2010.

CAMPOS, C. **Gestão cultural e a capacitação de gestores de cultura: o caso de São Gonçalo (1993 a 2005)**. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em História, na área de concentração em História Social e Política do Brasil, linha de pesquisa: Sociedade, Cultura e Trabalho do Programa de Pós-Graduação) - Universidade Salgado de Oliveira. Niterói. Rio de Janeiro, 2009.

COMASSETTO, C. F. A colônia Rio Uruguay e as companhias colonizadoras [1920-50]. In: TEDESCO, João Carlos; HEINSFELD, Adelar. **Colonos, colônias e colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Vol. 2. Erechim: Habilis, 2009. 262 p.

FERREIRA, L. A. **Políticas públicas para a cultura na cidade de São Paulo: a Secretaria Municipal de Cultura - Teoria e Prática**. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27134/tde-28112006-193714/publico/tese_lia_completa.pdf> Acesso em: 30 jan. 2010.

FONTENELE, R. E. S. Estratégias de desenvolvimento regional: o caso do planejamento estratégico participativo nas regiões do Vale do Coreau e da Ibiapaba, no Estado do Ceará. In: XXXI Encontro da ANPAD, 2007, Rio de Janeiro – RJ. **Anais...** ANPAD, 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Nivelamento para as oficinas presenciais**. Disponível em: <<http://fgv.br/fgvonline/minc>> Acesso em: 30 jan. 2010.

_____. **Nivelamento para as oficinas presenciais**. Disponível em: <<http://www5.fgv.br/fgvonline/minc/cursos/CPCMCEAD/index2.asp?prod=CPCMCEAD&login=02915217971>> Acesso em: 06 fev. 2010.

GRUMAN, M. **Políticas públicas e democracia cultural no Brasil**. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14100.pdf>> Acesso em: 03 jan. 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/>>. Acesso em: 07 abr. 2010.

_____. **Pré-conferências setoriais**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/03/05/pre-conferencias-setoriais-2/>> Acesso em: 13 abril 2010.

MISOCZKY, M. C. **Uma defesa da reflexão teórico-crítica na pesquisa e prática da administração pública**. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 1., 2004, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Anpad, 2004. p. 1-14. CD-ROM.

PIMENTEL DOS SANTOS, F. B. **Política cultural no Brasil: histórico de retrocessos e avanços institucionais**. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=506&cod_evento_edicao=45&cod_edicao_trabalho=10307> Acesso em: 26 abr. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA. **A economia**. Disponível em: <<http://www.concordia.sc.gov.br/conteudo/?item=26169&fa=10992>> Acesso em: 22 dez. 2009.

_____. **Concórdia, 50 Anos**. Concórdia, 1984. 22 p.

_____. **Dados gerais do município**. Disponível em: <<http://www.concordia.sc.gov.br/conteudo/?item=26172&fa=10992>> Acesso em: 22 dez. 2009.

_____. **Educação**. Disponível em: <<http://www.concordia.sc.gov.br/conteudo/?item=26276&fa=2854&cd=22553>> Acesso em 22 dez. 2009.

_____. **Legislação municipal**. Secretaria Municipal de Administração.

RUBIN, A. **Seminário permanente de políticas públicas**. 2009. Disponível em: <<http://www.com-cultura.com.br/videos/Flash%20MP3%20Player/index2.html>>. Acesso em: 08 abr. 2010.

SALVO, M. **Políticas públicas para a produção cultural: uma abordagem econômica**. Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, n.18, p. 63-82, jul./dez. 2003.

YIN, R. K.. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.